

“VOCÊ ME CONHECE?”

Significados do carnaval na belle époque carioca*

*Maria Clementina Pereira Cunha***

Podê parecer estranho que um artigo sobre algo tão familiar e conhecido de todos nós – afinal, quem em algum momento de sua vida não se viu fantasiado, meio bêbado ou apenas entediado diante da TV, vendo ou participando das brincadeiras carnavalescas? – tenha como título uma pergunta que sugere de imediato o estranhamento, insinuando que o carnaval possa ser algo desconhecido para nós. Isto que, em nossos dias, foi guindado à condição de verdadeiro símbolo nacional e desenhado por uma certa tradição da antropologia brasileira como um ritual coletivo e igualitário capaz de funcionar efetivamente como uma representação da nação ou da sua identidade, constituiu um dos temas mais fortes de embate e discussão na passagem do século XIX para o XX. Até ter esta imagem que tem hoje – unanimidade nacional, símbolo da brasilidade como mulatas, futebol, caipirinhas e feijoadas –, o carnaval foi objeto de verdadeiras batalhas, embates de concepções e práticas nos quais estava em jogo precisamente a construção da nação e de suas formas de “aparecer”: o universo dos símbolos e das representações – ou, em outras palavras, da cultura – foi a arena privilegiada desta luta em torno da legitimidade de práticas populares dos antigos carnavais. Em seu interior, diferentes projetos e imagens da nação se afirmavam e se chocavam em um momento-chave de redefinição do país e de suas regras de convivência social. Refiro-me a um período em que algumas questões cruciais se colocavam para a intelectualidade e para as elites políticas e sociais do país: o momento em que a abolição já aparecia como inevitável e a república se avizinhava como seu corolário, no enfrentamento de uma grave questão política. Como incorporar às regras republicanas da cidadania aqueles imensos contingentes de negros que se concentravam na Corte, vistos como as classes perigosas que preocupavam elites européias em uma cidade como o Rio de Janeiro. A Corte crescia rapidamente, povoada por imigrantes e migrantes que conviviam com

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada ao Seminário “História e Representações” realizado na UnB - Universidade de Brasília, em 19 de novembro de 1993.

** Departamento de História da Unicamp.

negros pelos cortiços que se multiplicavam. Na cidade, multiplicavam-se também epidemias, vícios, crimes e que, em alguma medida, era socialmente indiferenciada na ocupação de seus espaços físicos. Tratava-se de um quadro preocupante que se tornou francamente assustador para as elites brasileiras, que se concentravam na Corte na última década do século passado.

Mas o nosso título é “você me conhece?” por uma outra razão: esta era uma das mais populares brincadeiras dos “dias de entrudo” e consistia em mascarar-se, avulsamente ou em grupos, e abordar amigos, conhecidos e desafetos, com esta temível pergunta – à qual se seguia um verdadeiro charivari de troças, insinuações ou xingamentos que em geral adotavam temáticas como a honestidade pessoal ou a fidelidade conjugal das vítimas – e sempre revelavam segredos em voz alta para gargalhada geral. O título deste artigo quer assim sugerir, também, que efetivamente não sabemos muito sobre os carnavais do passado, tratados muito rápida e superficialmente em capítulos introdutórios da pequena bibliografia dedicada ao tema que, em geral, aceita os recortes impostos na construção da memória desta festa pelos próprios sujeitos daquele período, ao efetuar uma divisão radical entre o carnaval (com sua forma de cortejos e desfiles) e o entrudo (relegado à vaga categoria de primórdios ou aos verbetes de dicionários de folclore).

Se tivéssemos o dom de embarcar em uma máquina do tempo para chegar às últimas décadas do século passado, poderíamos, talvez, nos sentir como Moritz Lamberg – viajante alemão desembarcado no país em pleno carnaval –, que descreve em suas anotações de viagem de uma forma tão detalhada quanto perplexa. Vê, simultaneamente, Sociedades Carnavalescas luxuosas e semelhantes a préstitos de cidades européias como Nice, mascarados que divertem outros mascarados com suas troças e chulas, dominós, diabinhos, velhos de cabeças grandes que são os mais exímios dançarinos das coreografias carnavalescas animadas ao som dos bumbos portugueses dos zé-pereiras que, convivem com o som de bandas marciais, desfiles de negros ao som de batuques e canções cantadas em língua africana, mulheres que se divertem jogando água e limões de cera nos passantes, um verdadeiro (e hilariante) delírio, absolutamente heterogêneo e polimorfo, que parece, a julgar pelo seu relato, diverti-lo muito por seu exotismo e pela aparência pitoresca da festa.

Mas, aos olhos das elites locais, aquela multiplicidade carnavalesca não parecia nada divertida. Para eles, e particularmente para a intelectualidade afrancesada da Belle Époque, estava-se diante de um espelho no qual a imagem indesejável do Brasil aparecia sem qualquer disfarce. Empenhados em conferir ao país uma imagem de ordem e civilidade, ciosos de seu próprio papel pedagógico em face daquela plebe desmoralizada das cidades e apostando todas as suas fichas na civilização e no progresso, as elites se jogam numa verdadeira batalha (sem confetes) para extirpar do carnaval todas as prá-

ticas populares, associadas por elas ao passado colonial, ao barbarismo africano ou ao primitivismo dos costumes populares – estratégia evidentemente relacionada ao desejo de reformar a nação e constituir o povo à sua imagem e semelhança.

Este debate nos permite uma dupla entrada na questão: de um lado, perceber os embates que se desenrolavam naquela conjuntura histórica e os contornos da própria representação que se tentava construir e impor para um país, cujas vanguardas políticas e intelectuais pretendiam fazer ascender ao “concerto das nações civilizadas”, abolindo a escravidão e instituindo formas de cidadania controlada e limitada; de outro lado, a condenação das práticas populares do “entrudo” pensadas por oposição ao “carnaval”, que tomava os paradigmas de Nice e Veneza postulados por homens, em geral bem-nascidos, encastelados nas chamadas Grandes Sociedades carnavalescas, possibilita-nos também auscultar o universo das práticas populares e sua forma de aparecer e representar a si e ao “outro”, encenando autonomamente seus conflitos no interior da festa.

Uma boa maneira de começar é tomá-la a partir dos termos em que estava colocada esta guerra verbal. Podemos usar, como um primeiro exemplo, o anúncio do préstito de uma das mais importantes Sociedades Carnavalescas do período, o Club dos Democráticos, publicado em 1887:

Arredai, histriões do carnaval! Abri alas, produtos amesquinados de gestações difíceis! Curvai-vos, maninelos, que durante anos, vivestes fazendo guerra ao verdadeiro carnaval, alimentando as grosserias do entrudo, do qual sois ainda hoje legítimos representantes! Rojai por terra vossas frentes, porque aqueles que não se associaram a vós, para a morte do carnaval, vão passar! Arredai, truões, porque o século XIX vos repele e a média idade vos reclama!¹

Três anos antes disto, em 1884, editoriais da imprensa carioca clamavam no mesmo tom, afinados no diapasão da crítica aos costumes carnavalescos da população carioca.

O carnaval está morto; debate-se ainda nos extertores de uma agonia cruel, asfixiado pelos borrfos de bisnagas mal-cheirosas e pelas explosões das metralhas de cera virgem (...). O entrudo, esse monarca destronado (...) ameaça reivindicar os conculcados direitos de antiguidade e para usar uma imagem mitológica – Netuno suplanta Phoebos – a água vence ao sol, a noite abafa a luz do dia nas suas asas lutulentas.²

- 1 Anúncio do préstito de terça-feira de carnaval, publicado na *Gazeta de Notícias* de 22 de fevereiro de 1887.
- 2 “Editorial”. *O Monóculo*, 15 de março de 1884.

Escrita em tal estilo dramático, a frase do editorial deste elegante veículo da imprensa não deixa de ser curiosa: foi enunciada há cem anos nos mesmos termos em que é formulada hoje pelos saudosistas diante das imagens (que, confesso, também a mim parecem um tanto melancólicas) dos desfiles das Escolas de Samba na televisão. Morte anunciada prematuramente: os dias de glória daquilo que o dramático jornalista designava pela palavra “carnaval” ainda estariam por vir, como sabemos. Mas para seu autor, como para a maior parte dos intelectuais de sua geração, o carnaval era algo que se opunha à maneira habitual pela qual os cariocas manifestavam nas ruas o seu ritual de alegria, antes da quaresma. Uma forma nova, diferente do “brutal entrudo” que, herdado dos antepassados portugueses, reivindicava seus direitos de antiguidade. Oposto a ele, o carnaval sinalizaria novos foros de civilização e modernidade para o país. A palavra “carnaval” passava aí a comportar um único sentido, excluindo de seu significado as brincadeiras praticadas pela imensa maioria da população. O novo monarca entronizado, porém, aparece como um moribundo diante da reação daquele que, paradoxalmente, o cronista qualifica de “destronado”: a vitória das “trevas” sobre a luz da civilização parecia consagrar, aos olhos do cronista, as tradições abomináveis dos velhos carnavais.

Podemos, sem encontrar grandes diferenças no tom e no conteúdo, retroceder mais três anos no tempo. Em 1881, por exemplo, um outro jornalista manifestara com igual clareza o seu inconformismo diante do que lhe parecia uma atitude inexplicável da população carioca:

O entrudo brutal perturbará os ânimos; a máscara aumentará o arrojo dos covardes (...). E demais, para que entrudo? Pois não é mais alegre, mais limpo, mais decente o carnaval? (...) precisa o povo de outro divertimento para esses três dias, além de ver desfilar os imponentes préstitos, em que o luxo e a elegância disputavam passo ao espírito?³

As imagens formuladas pelos dois cronistas e pelo manifesto publicado pela Sociedade Carnavalesca complementam-se em uma leitura ao mesmo tempo irada e perplexa: as trevas do entrudo insistiam em vedar o sol do espírito, do luxo e da elegância – do país moderno e civilizado, portanto –, recusando um divertimento que consistia em “ver”, como espectadores, o desfile proporcionado por agremiações conhecidas no período como as Grandes Sociedades carnavalescas, formadas por intelectuais, jornalistas, comerciantes e moços de boa família (embora nem sempre de bom comportamento). A adjetivação utilizada não deixa dúvidas: brutal, covarde, em oposição a limpo e decente. A intenção pedagógica assumida pelos defensores do carnaval é, também,

3 “Folhetim-crônica”. *Gazeta de Notícias*, 20 de fevereiro de 1881.

claramente explicitada na crônica, que não hesita em afirmar, em tom beligerante: “a campanha deste ano é decisiva. Ou vence o entrudo, ou vence o carnaval”. Finalmente, como que antevendo a derrota, o cronista reconhece que “seria preciso por um polícia à porta de cada casa, ao lado de cada pessoa”, para garantir a vitória do carnaval sobre o seu velho inimigo, cuja intensa popularidade não poderia ser posta em dúvida.

Proclamado como “dias de loucura”, da folia, nos quais tudo seria permitido, o carnaval não parece ter assistido a longos períodos de tolerância, ao menos após a segunda metade do século XIX. Na verdade, uma surda disputa se desenrolava entre as práticas populares habituais e uma concepção homogeneizadora que ganha corpo na década de 50 do século passado e se consolida nas décadas seguintes. Associado a uma imagem arcaica de um país colonial e primitivo, e vítima de um bombardeio que excluía os limões-de-cheiro, o velho entrudo estava com seus dias contados: estigmatizadas como brincadeira “imunda” de portugueses que se misturava nas ruas a elementos de ancestralidade tribal africana e ao perigo representado por mulatos e capoeiras das ruas, povo marcado pela inorganicidade e pela heterogeneidade – as velhas práticas populares apareciam como inaceitáveis. Sinal de incivilidade e barbarismo de uma população heterogênea e ameaçadora que habitava um país que precisava ser guindado à civilização. Alheia à polêmica dos jornais e às intenções civilizadoras dos súditos de Momo – o novo rei entronizado –, a população carioca insistia em não diferenciar o carnaval do entrudo, em ver o segundo como parte integrante do primeiro e em divertir-se com todas as formas antigas ou recentemente inventadas para a folia.

Acostumamo-nos a pensar o entrudo como a brincadeira de jogar água, lama, ovos, farinha, tintas e até urina uns nos outros (essa é a forma pela qual ele é habitualmente descrito pela bibliografia e por muitos dos cronistas da época). Mas, na verdade, entrudo era apenas uma palavra que designava um período, uma festa móvel de três dias, em que se podia brincar de muitas formas e inverter, de diferentes maneiras, algumas regras do cotidiano. Embora a molhaçada fosse provavelmente a parte preferida dos jogos carnavalescos do século XIX, muitas outras práticas eram abrangidas sob a palavra entrudo.

Não cabe, nos limites deste artigo, descrevê-las longamente. Mas se tomarmos o relato de um viajante como Lamberg, do final da década de 80 (que tem a vantagem de ser um estrangeiro recém-chegado e, por isso, incapaz de decodificar, à moda das elites locais, o espetáculo de muitos signos a que assistia), vamos verificar que todo um elenco variado de práticas era realizado simultaneamente nos dias do entrudo: a mascarada, com identidades ocultadas sob fantasias como os Dominós, princesas e diabinhos – condenadas em suas versões grosseiras das ruas, mas amplamente presentes e valorizadas nos jogos de sedução dos salões elegantes e das Grandes Sociedades. Os

charivaris promovidos por mascarados que perguntavam nas ruas “Você me conhece?”, ao que se seguiam revelações indiscretas, injúrias ou graçolas dirigidos contra desafetos ou conhecidos a que se desejava expor ao ridículo, dando margem a curiosas brincadeiras entre iguais, respeitados ou não os limites da civilidade. Os zé-pereiras (originalmente grupos de percussão barulhenta criados em meados do XIX por um sapateiro português saudosos das tradições do entrudo rural em seu país), que pareciam detestáveis quando originários dos cortiços e dos morros, mas incorporados, rapidamente, aos salões e préstitos ou a brincadeiras de rua de bairros elegantes como Botafogo. Os grupos de cucumbis, desfile teatralizado de negros quase totalmente cantados em língua africana e que remontam às congadas e reisados presentes em várias partes do país. A brincadeira de encapelar e destruir cartolas de homens que ousassem andar pelas ruas no carnaval envergando na cabeça seus próprios signos de distinção social – enfim, todo um conjunto de brincadeiras habituais nas primeiras décadas do século passado, começava a aparecer, em suas últimas décadas, como práticas perigosas e indesejáveis nas ruas da cidade. Práticas de certa forma socialmente generalizadas, permitindo a imagem de uma festa igualitária capaz de representar a nação (concepção que será retomada ainda hoje na maior parte da bibliografia sobre o carnaval) e desenvolvidas ampla e gostosamente pelos pais e avós daqueles que agora as condenavam. Por que se teriam tornado de repente indesejáveis nas últimas décadas do século XIX?

Se as brincadeiras do entrudo eram muitas vezes comuns a diferentes segmentos e parcelas da sociedade, não eram por certo “iguais”. O carnaval, afinal, foi sempre uma festa generalizada – “de todos”, como pretendiam seus entusiastas de ontem e de hoje. Mas não uma festa unívoca em seus sentidos e práticas. Por ser uma festa “generalizada” – que efetivamente atingia todos os espaços da cidade, todas as raças e etnias, sexos e idades – não é necessariamente um ritual homogêneo em seus significados. Antes que se transformasse em um atrativo turístico e em um símbolo da “cultura nacional”, o carnaval foi sempre o meio de expressão de uma sociedade dilacerada. Menos mal que tenha expressado sua dor através do riso e da alegria.

No final do século XIX, às vésperas da República, a imprensa irritava-se, particularmente, com o gosto do Imperador pelas brincadeiras tradicionais:

Na bela cidade de Petrópolis, Sua Majestade vê-se apertado com as moças que lhe arremessam laranjinhas e limões, atiram-lhe a cartola ao chão e encapelam-na sob as mimosas plantas... Acabou-se a galhofa; quem governa agora o mundo é o pifio, o pulha, o absoluto, anacrônico e estúpido entrudo.⁴

4 “Editorial”. *O Monóculo*, 15 de março de 1884.

Comentário arrematado, alguns anos depois pela *Gazeta de Notícias*, associando mais uma vez a condenável brincadeira à figura imperial: “a realza de Momo, como quase todas as realzas, tem andado nestes últimos tempos muito por baixo”.⁵ Brincadeiras como a guerra às cartolas e o entrudo apareciam, assim, freqüentemente vinculados à própria imagem da monarquia, para além daquela da gentilha das ruas.

Evidentemente, o gosto do monarca pela brincadeira condenável parecia, aos olhos dos partidários do rei Momo reinventado, contribuir para que o entrudo, monarca destronado, persistisse comandando o carnaval nas ruas. Afinal, se resistira a séculos de repressão ou tentativas de controle no Rio de Janeiro e em Lisboa⁶ (e parece óbvio que a proibição fazia parte da graça do jogo), por que cederia diante dos esforços de um Chefe de Polícia comandado por um folião de tal ordem?

De certa forma, o esforço de identificar, em sugestiva metáfora política, o entrudo e o Imperador, sugere que também seu reinado chegava ao fim – e breve seriam dois os “monarcas destronados”. Ou, pelo menos, que a monarquia já era vista, em pleno contexto do abolicionismo e da propaganda republicana, como algo tão arcaico quanto o velho entrudo, que se combatia em nome da civilização e do progresso, e certamente esta não era a única metáfora política presente no interior deste renhido debate. Mas, como seria, afinal, o tão temido inimigo associado à figura do velho imperador? Se D. Pedro II é figura bastante conhecida, dificilmente poderíamos dizer o mesmo do entrudo, esse seu companheiro folgazão...

São muitas as descrições da brincadeira do entrudo, no Rio de Janeiro, em outras províncias do Império ou mesmo em Portugal. As narrativas, em geral, atêm-se à parte mais visível do brinquedo, que era a prática de se molhar e se sujar uns aos outros com limões ou laranjinhas de cera recheadas com água perfumada, com recurso a seringas, gamelas, bisnagas e até banheiras.

O entrudo era durante os três dias que se chamam do carnaval o jogo delirante de todas as idades, desde o menino até o velho, de ambos os sexos, e de todas as classes da sociedade, de todas porque os escravos também jogavam entre si. O jogo consistia essencialmente em molharem-se uns aos outros; o exaltamento e o frenesi dos jogadores, uma vez travado o combate, não se limitavam à água e com outros meios enxovalhavam, como podiam; naturalmente havia no jogo práticas delicadas, práticas rudes e práticas selvagens.⁷

5 *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1887.

6 Há, desde 1604, sucessivos textos legais que tentam limitar ou proibir o entrudo. Cf. Lara, Silvia Hunaold. *Inventário da legislação sobre escravos africanos no Brasil*. São Paulo, mimeo.

7 Macedo, Joaquim Manoel de. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1988, p. 85.

O trecho, de 1871, descreve, a partir de memórias recolhidas junto aos “antigos”, os carnavais do século anterior e estabelece claramente a existência de diferenciações na brincadeira, sob a aparência de uma prática generalizada e indiscriminada. Delicadas, rudes ou selvagens são adjetivos que sugerem uma clivagem social imediata no interior do jogo do entrudo.

A calorosa brincadeira no interior dos lares burgueses, restrita à família e seus amigos e vizinhos mais próximos, era coisa bem diferente das assuadas e descomposturas com que os negros, vadios e indesejáveis de todos os tipos acompanhavam suas molhaçadas pelos chafarizes, ou espalhavam entre si farinha, alvaiade ou vermelhão.⁸ Mas a brincadeira não esgotava nela própria todos os seus significados. Como nos lembra Peter Fry⁹, os dias do entrudo eram também uma espécie de “dia da mentira”, nos quais se pregavam peças e pilhérias aos conhecidos e passantes. Suas relações com as tradicionais brincadeiras de mascarados, as troças e *charivaris* praticados nas ruas, devem ser estabelecidas: molhar as pessoas, ou sujá-las, era apenas mais uma forma de praticar este jogo de inversões e ridicularização que constituíam o próprio sentido do carnaval, e que assumiam sentidos e leituras diferentes entre seus múltiplos praticantes.¹⁰

Não se tratava, no entanto, no período a que Macedo se refere, de um jogo sem regras. As hierarquias sociais são totalmente mantidas no interior da folia. As famílias “de respeito” apenas se entrudam mutuamente no interior dos sobrados ou em batalhas de janela para janela; os negros participam destas ocasiões como coadjuvantes, carregando bandejas de limões de cera ou preparando a ceia que fazia parte da festa. Em compensação, entrudavam-se animadamente pelas ruas, em torno dos chafarizes, em entusiásticas batalhas entre iguais. No início do século não havia, por exemplo, a possibilidade de que um negro entrudasse um senhor durante os dias de carnaval: tal ousadia seria considerada um ato de desrespeito imperdoável, embora houvesse senhores

8 Cf. Mello Moraes Filho, *Festas e tradições populares do Brasil*. São Paulo, Edusp e Belo Horizonte, Itatiaia, 1979, pp. 90-95. Ver também Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro o vivo e o mito*. São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 47 e Peter Fry e outros, “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In: João José Reis (org). *Escravidão e invenção da liberdade estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 243.

9 Peter Fry e outros, op. cit., p. 238.

10 Relação, de resto, sugerida pela tradição portuguesa, por exemplo, Roussado, M. “O entrudo”. In: *Branco e negro*. Lisboa, nº 99, 1898; Luso, Henrique. *O carnaval*. Lisboa, Ferreira e Franco ed., 1934. Ver também Mello Moraes Filho, “O entrudo” – Rio de Janeiro (tradicionalismo). In: *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1888, em que são descritas práticas como a elaboração de bonecos semelhantes aos Judas malhados no Sábado de Aleluia.

que se divertissem em molhar os negros. Mas, provavelmente, os senhores olhavam com alguma benevolência para o desenrolar da brincadeira entre os negros e negras que se “esfarinhavam”, molhavam, melavam e pintavam pelas ruas, em espaços físicos e temporais diferenciados daqueles das famílias. Assim, no final do século XIX, a questão parecia residir na impossibilidade de garantir que as regras e hierarquias fossem mantidas no interior da brincadeira:

O mau do entrudo é o exagero, o abuso, são as intenções brutais de sujeitos grosseiros e ainda a promiscuidade dos que não querem ver a hierarquia das conveniências e que se permitem licenças apenas razoáveis entre os indivíduos da mesma classe.¹¹

São muitas as descrições sobre a participação ativa dos negros nos jogos do entrudo, como esta, de um viajante francês que achou detestável o entrudo, abrindo no entanto uma única exceção: ele

(...) diverte os pretos e adoça momentaneamente seu destino deplorável. Os três dias do carnaval são, para os escravos, os melhores do ano. E como eles o aproveitam! Que alegria e risos quando esfarinham a cara ou inundam os trapos de um companheiro pego de surpresa, de repente! (...) A brincadeira é muito grosseira, mas esses pobres diabos negros experimentam aí um prazer tão puro e vivo que se lhes perdoa...¹²

Este apego pode ser facilmente explicado: os negros faziam do entrudo ocasião para inverter sinais e ridicularizar os brancos. São inúmeras as referências ao fato de que os negros pintavam as próprias peles com farinha ou alvaiade, realçando as bochechas com vermelhão – e, caracterizando-se de “brancos”, brincavam de passar pelo outro para ridicularizá-lo. Mas não se trata apenas de diferenças raciais. Há um abismo também entre a forma de praticar o entrudo entre as famílias senhoriais e as famílias pobres da corte. Menos apetrechos, menos etiqueta, e um entusiasmo bastante mais desregrado. Maior flexibilidade nas fronteiras entre o lar e o espaço público, em um entrudo que envolvia banhos completos – em tinas e banheiras –, além do hábito, compartilhado com os escravos, de banhar-se também “por dentro e por fora” com aguardente, para evitar os “resfriamentos” provocados pela água.¹³

11 Pompéia, Raul. Crônica publicada no *Diário de Minas*, 10 de março de 1889. In: *Obras*, vol. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, p. 180. Ver também crônica de Laet, Carlos de. *O paiz*, de 7 de março de 1889, em apoio ao qual Pompéia se manifesta nesta crônica.

12 Dabadie, F. *A travers l'Amérique du Sud*. Paris, Ferdinand Sartorius Ed., 1858, pp. 13-5.

13 Cf., por exemplo, Macedo, Joaquim Manoel de, op. cit., pp. 86 e 158.

Realizados em espaços separados, estes brinquedos estão certamente trespassados de significados sociais cuja compreensão exigirá o uso de múltiplas chaves. Uma delas está na diversidade das formas associadas ao espaço em que eram praticadas.

As laranjinhas ou limões de cera jogavam-se de perto e de longe: de perto nas ruas, entre os que se encontravam, e no interior das habitações, onde se reuniam famílias para brincar (...); de longe das ruas para as janelas dos sobrados, casa térrea contra casa térrea, como fortalezas a bombardear-se. (...) Nas ruas e praças, a multidão estrepitosa tresloucava sem medida; os gritos e as gargalhadas, às vezes injúrias e violências (...) tumultuavam sem perigo a cidade; homens e mulheres de educação desmazelada, ou de costumes livres, com os vestidos alagados grudando-se ao corpo, e desenhando perfeitamente as formas, com as caras pintadas de vermelho e negro, com as roupas rotas, os pés nus, (...) molhando-se, enxovalhando, pintando e besuntando conhecidos e desconhecidos, e de hora em hora procurando as tavernas (...).¹⁴

A descrição deixa entrever um dos sentidos da festa como momento de permissividade e afrouxamento das regras morais do cotidiano: formas expostas pelas roupas grudadas à pele, pés nus, contato físico nos agarramentos dos banhos forçados e muita aguardente, compõem o quadro da presença desmoralizada da plebe nas ruas e no interior das habitações populares. Significados deste tipo, no entanto, estão presentes mesmo nos entrudos familiares, mas segundo outras regras e outros códigos.

Uma das unanimidades, entre os autores que descrevem estes velhos carnavais ensoçados pelo entrudo, diz respeito à especial preferência das mulheres por esta forma de brincadeira. Este tipo de constatação é reiterada em referências quase idênticas em diferentes autores. Mello Moraes Filho, por exemplo, sempre mais minucioso, não deixa de perceber que as investidas masculinas tinham, nesse jogo, sua contrapartida na participação ativa das mulheres que se esmeravam também na líquida sedução do entrudo.¹⁵ A descrição de Joaquim Manoel de Macedo é, no entanto, mais condimentada:

É positivo que nesse jogo desordenado, nessa reunião de tantos homens e senhoras que se apertavam em lutas, o pudor destas nem sempre escapava a atrevimentos que se perdoavam ou não. O menor desses abusos era ainda um abuso pela intenção; o anelo ardente de um namorado, anelo que com frequência se realizava, sendo compreendido e tolerado

14 Macedo, Joaquim Manoel de. op. cit., pp. 86-7.

15 Mello Moraes Filho. *Festas e tradições populares*, p. 94. Machado de Assis, "Balas de estalo, 1884-1885". In: *Crônicas*, vol. 4. Rio de Janeiro, Jackson Ed., 1938, p. 272 – refere-se igualmente ao "afago clássico, e ao mesmo tempo tão filosófico, de esmagar um ou dois limões no pescoço das namoradas".

à custa do rubor do pejo que assomava às faces da mulher amada, era quebrar com a mão um limão de cheiro suavíssimo sobre a parte superior e não velada do peito querido, de modo que a água odorífera lhe fosse banhar os cândidos seios.¹⁶

Com suas oportunidades de participação ativa nos jogos sociais e, particularmente, nos amorosos, bastante reduzidas pelas regras morais e pelos costumes, não é de estranhar o apego ardente demonstrado pelas mulheres “de família” a este jogo – no qual, seguindo a lógica invertida do carnaval, geralmente lhes cabia a iniciativa.¹⁷ Nestas circunstâncias, as regras eram bastante rígidas: permitidos os estouvamentos entre os sexos, com a iniciativa partindo das mulheres que entrudavam os parceiros desejados. Mulheres podiam molhar-se mutuamente, mas homens zelosos das etiquetas e códigos sociais evitavam, neste contexto de proximidade e contato físico, executar a brincadeira entre si sob pena de dar margem a constrangedores equívocos: tratavam apenas de responder com entusiasmo à iniciativa feminina, aproveitando o momento de intimidade deflagrado por elas.¹⁸

Provavelmente por isso, as mulheres, independentemente de sua categoria social, ainda formavam, no final do século (quando a velha e familiar brincadeira era condenada como um resquício colonial a ser extirpado da vida moderna), entre as hostes dos “bárbaros” praticantes do entrudo, um dos segmentos mais fiéis diante da guerra que a imprensa e as autoridades dirigiam em escala crescente contra a brincadeira. Já entrando pelo século XX, os episódios se sucedem. Na seleta Confeitaria Pascoal, no centro da cidade, o entrudo continuava a fazer parte da alegria da festa – e sob formas nem tão “delicadas” quanto pretendia Macedo, quando descrevia os entrudos “em família”: “senhoras elegantíssimas já não se contentavam com os esguichos das seringas de todos os tamanhos (...) e atiravam copos de água gelada e de refrescos sobre os cavalheiros que riam e gostavam” –, relatava um cronista de *O Malho*, entre espantado e contagiado pela comicidade da cena.¹⁹

16 Macedo, Joaquim Manoel de, op. cit., pp. 86-7.

17 Idem, pp. 88-90, descreve o entrudo praticado no interior de um sobrado no final do século XVIII reproduzindo, com graça, as suas regras e etiquetas. O mesmo autor observa na pág. 86 que, embora para alguns molhar sem ser molhado fosse ponto de vaidade, tal postura era considerada de mau-gosto “quando se jogava o entrudo com senhoras”.

18 Ver, sobre isto, a descrição detalhada de Mello Moraes Filho sobre o entrudo na Bahia – praticamente idêntico ao praticado no Rio de Janeiro segundo as descrições disponíveis: a excitação dos jovens acadêmicos e das senhoritas que viam muitas vezes suas residências invadidas pelos primeiros em animadas e sedutoras pelejas. In: *Festas e tradições populares...*, pp. 90-6.

19 *O Malho*, nº 24, 28 de fevereiro de 1903.

Diante da indignação geral da imprensa civilizada, o entrudo mostrou-se inimigo renitente: a sua morte foi comemorada muitas vezes, desde a década de 50 do século passado. Não deixa de ser curioso observar o vaivém dos textos jornalísticos que, em crônicas e editoriais, saúdam o carnaval moderno dos préstitos das Grandes Sociedades e anunciam aliviados o fim do entrudo enquanto, nas páginas de noticiários, revelam irritadamente a intensidade com que os limões, bisnagas, seringas e outras práticas carnavalescas, associadas ao entrudo, continuavam sendo utilizados pela população carioca entre meados da década de 1850 e as primeiras deste século. Até por volta de 1910, e mesmo depois, é possível encontrar nos jornais, todos os anos, ao lado das crônicas e editoriais furiosos com a insistência do entrudo, avisos e circulares da polícia estabelecendo, mais uma vez, a inútil proibição.²⁰ Não estivéssemos falando do jogo das molhaçadas – e se não fosse de mau-gosto o recurso aos trocadilhos – diria mesmo que foi tudo de balde...

Apesar dos textos legais e dos avisos anuais, o entrudo resistia. A imprensa trata de chamar a polícia às falas, exigindo-lhe o cumprimento rigoroso da lei. Uma curiosa sucessão de matérias publicadas na *Gazeta de Notícias*, na década de 80, pode dar uma noção do quanto era complicado fazer cumprir com rigor a lei e a vontade das autoridades e da imprensa. Em 1881, ela noticia – e critica com ironia – o fato de que o corpo de urbanos estaria todo recolhido aos quartéis “a fim de não ser vítima de bisnagas e limões de cheiro” – e, portanto, da pública desmoralização, segundo medidas reservadamente aconselhadas ao Chefe de Polícia pelo Ministro da Justiça.²¹ Poucos anos depois, o jornal noticia com satisfação a ação policial, particularmente aquela contra os vendedores de limões de cera. O curioso é que a notícia nos informa que os agentes da lei trataram de destruir grande quantidade de tabuleiros de limões “na cabeça dos próprios vendedores”, ou alvejando com eles estabelecimentos comerciais que infringiam a lei.²² Em outras palavras, no próprio ato de reprimir, os agentes da lei parecem não ter resistido à graça da brincadeira, aproveitando para entrar – embora sem possibilidade de reação dos adversários – os pobres vendedores do artefato proibido.

Com posturas, editais, avisos e polícia nas ruas, a própria imprensa evidencia que o entrudo persiste com força extraordinária e que suas regras se tornam cada vez menos rígidas – e por isso mais perturbadoras. São centenas as notícias, entre as décadas de

20 *Correio da Manhã*, 5 de fevereiro de 1907.

21 *Gazeta de Notícias*, 1 de março de 1881.

22 “Entrudo – Incidentes”. *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1886.

1880 e 1900, de episódios e incidentes relativos a esta prática, em todas as freguesias da cidade e envolvendo todo tipo de gente. Em 1886, por exemplo, noticia-se – entre vários incidentes envolvendo gente miúda dos subúrbios, escravos, etc. – que um filho do próprio Ministro da Justiça fora pego em flagrante atirando limões de cera das janelas de sua casa. Multado pelo Subdelegado da Freguesia de Santo Antônio, que passava pelo local, o Ministro – segundo informa o jornalista – apenas riu-se muito com o incidente, que considerou natural e sem importância, e mandou pagar a multa...²³ Os exemplos evidenciam que os novos costumes da civilização carnavalesca tinham alguma dificuldade de penetrar também entre as parcelas mais abonadas da sociedade carioca.

Assim, a despeito dos esforços, a repressão policial mostrava-se incapaz de controlar a folia. Outros meios suasórios foram empregados, concomitantemente, para tentar extinguir a velha brincadeira. Em 1850, Grandjean de Montigny, que viera com a Missão Francesa tratar da modernização urbana do Rio de Janeiro, morreu logo depois de um carnaval excepcionalmente animado – acometido por uma fatal “pleuriz”²⁴. Vítima simbólica do entrudo, era como um aviso de que o velho “monarca destronado” era capaz de destruir fisicamente a “modernidade”, representada pelo grande arquiteto francês. A imagem do perigo físico do jogo do entrudo veio somar-se, desde então, à do perigo metafórico da desordem social e do barbarismo dos costumes. Tal associação torna-se logo bastante comum, ampliando o leque de doenças transmitidas pelo inocente entrudo: a pleuris, as febres, as constipações, a tísica, a febre amarela – para além das patologias morais e sociais –, passam a ser atribuídas à brincadeira, pernicioso não apenas à lei e à ordem, mas também à saúde pública.²⁵ A própria Inspetoria de Higiene toma parte na campanha para afirmar que, diante do perigo, o final do entrudo devia ser imposto pelos homens de ciência. Tal campanha tem a mesma duração das intermináveis portarias, circulares e editais da Chefatura da Polícia que visavam proibir o entrudo – com resultados quase tão nulos quanto aqueles alcançados na missão de convencer a população carioca das vantagens da vacinação. Quase 20 anos depois, em 1904, o novo herói da civilização, o Prefeito Pereira Passos, ainda estará pessoalmente empenhado em persuadir os cariocas do perigo representado pelo entrudo – e dirige

23 *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1886.

24 Cf. Cascudo, Luiz da Câmara, op. cit., p. 198.

25 Ver, por exemplo, a *Gazeta de Notícias*, de 8 de março de 1886 e outros números, até 14 de fevereiro de 1904. Cf. Ina von Binzer. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 71.

um apelo pessoal aos diretores de estabelecimentos de ensino da então Capital Federal, esgrimindo os mesmos argumentos da civilização e da barbárie, da lei e da ordem, das prescrições sanitárias e do interesse das “famílias” nos “folgedos lícitos” do carnaval, impedido pela persistência das brincadeiras tradicionais de uma turba que parecia cada vez mais inconveniente e perigosa aos olhos de nosso Haussman tropical.

Mas a “capital elegante” de Pereira Passos teve de conviver, ainda por algum tempo, com as deselegâncias carnavalescas. Assumindo o papel de porta-voz (instrumento em forma de corneta usado para ampliar as graçolas dos mascarados das ruas), a imprensa manteve durante décadas sua posição cerrada de ataque ao entrudo e às várias formas do carnaval popular. Desde a década de 80, suas páginas passaram também a contar com a publicação de cartas, geralmente anônimas, de leitores indignados que faziam coro às queixas contra o “jogo brutal” daqueles que se divertiam nos dias de folia. O anonimato dos autores parece servir para defendê-los da fúria da vizinhança, reforçando a idéia da intensa popularidade da brincadeira – que os tornaria certamente alvos preferenciais dos bombardeios e chulas da vizinhança.

Carnaval à parte, em algumas circunstâncias o clima parece tornar-se particularmente tenso. Em 1882, por exemplo, uma carta assinada por “Um dissidente” tratava de denunciar e pedir providências à polícia com relação a “uma sociedade de rapazes” que se organizavam “com o fim de acabar com o entrudo”, arremessando, em represália aos limões de cheiro, outros tantos recheados com água forte. Tendo em vista que “os sócios sejam já bastante numerosos”, o dissidente, preocupado com o possível número de vítimas, decide denunciar a operação através do jornal²⁶. A tensão certamente não era gratuita, ou decorrente apenas da falta de espírito folião ou esportivo dos inimigos do entrudo e das velhas brincadeiras carnavalescas. Algo estava acontecendo, no final do século XIX, capaz de transformar o riso habitual em uma representação da catástrofe iminente, de mudar o gosto divertido do entrudo no sabor ácido recusado pelos exigentes paladares daqueles que sonhavam com o carnaval de Nice e Veneza para exprimir o sonho de uma nação europeizada. A folia transforma-se em uma verdadeira guerra porque revela e multiplica a tensão de todos os dias: sendo ocasião de inverter, desnudar e brincar com o cotidiano, ela expunha suas feridas abertas sem qualquer disfarce possível sob as máscaras habituais.

O combate dos inimigos do entrudo, dos mascarados das ruas, dos zé-pereiras e cucumbis e de todos estes personagens carnavalescos do período não se dirigia abertamente contra práticas exclusivas das classes populares. Afinal, o entrudo era praticado nas diferentes camadas sociais – e galhardamente defendido pelas mulheres nas sacadas

26 *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1882.

e confeitarias; o hábito de mascarar-se e sair pelas ruas a exhibir “espírito” e pilhéria era igualmente generalizado. As fantasias perigosas, como o dominó ou o diabinho, envergado supostamente por “perigosos capoeiras”, tinham seu espelho nos Mephistos e Dominós que povoavam os salões entre sedas e sedução; os zé-pereiras, que “travam-se nos cortiços”, como dizia França Júnior, difundiram-se para bairros elegantes e para os finos bailes freqüentados pelos amantes do “verdadeiro” carnaval.

Tal combate verbal – e, às vezes, físico – dirige-se explicitamente contra o “antigo”, em nome do “moderno”; contra o “bárbaro” ou o “selvagem”, em nome da civilização e do progresso. Entrudar em confeitarias elegantes não parecia tão decrépito ou ameaçador, e nem cometer inconveniências entre pares nos limites da civilidade das parcelas mais “cultivadas”. A maior parte dos combatentes anti-entrudo, quando têm ocasião, manifestam até uma saudade nostálgica das brincadeiras praticadas na infância e na juventude, no recesso das famílias e segundo regras e hierarquias bem estabelecidas. As referências aos cucumbis, em face de outras formas de presença negra nas ruas durante o carnaval (que as classes populares insistiam em chamar “os dias do entrudo”), é um bom exemplo para ilustrar o significado da hostilidade contra as brincadeiras tradicionais do carnaval: pitorescos, aceitáveis até nas décadas que antecedem a abolição, os cucumbis – que tinham presença constante e marcante nas ruas – caracterizavam uma forma de visibilidade e segregação dos negros no interior de uma festa “de todos”. Uma presença própria, folclorizada e separada de negros que “conhecem seu lugar”, como diriam racistas daquela e desta época. Conviver com eles mascarados e bêbados de Paraty ou de liberdade, diabinhos irreconhecíveis, indiferenciados na turbamulta, é que parecia inaceitável e perigoso: então, morte aos diabinhos, os “bárbaros”. Benevolência senhorial e transitória para os cucumbis, apesar de algum enfado com seu jeito nada cosmopolita de mostrar-se em público.

Por muito tempo fora aceitável destruir cartolas dos esnobes anticarnavalescos, e o próprio Imperador vira a sua ser arruinada por adoráveis pezinhos femininos nos entrudos de Petrópolis – mas era insuportável que isso fosse feito nas ruas por, como dizia um cronista irritado, “gente de gravata lavada”. Fora normal e engraçado dizer asneiras e fazer insinuações maliciosas entre iguais ocultados atrás de máscaras “de apito” ou disfarçando a voz em falsetes, mas parecia um tormento assistir à “laraxa grossa e pesadona” (como dizia um outro cronista iracundo) de indivíduos cujo anonimato era garantido por dominós de pano de saco e máscaras grosseiras de arame ou papelão – ou pior: ter de ouvir, no recinto dos lares, inconveniências populares ampliadas por porta-vozes. Fora romântico e excitante esmagar no colo alvo de alguma donzela limões de cera cheios de significados e segundas intenções, mas aparecia como um insulto insuportável que molhadelas, beliscões ou apalpadelas fossem ministradas

por “gente sem costumes” (como dizia, novamente, França Júnior) a senhoras decentes e acompanhadas que se aventurassem pelas ruas a passeio.

Janelas e sacadas já não asseguravam como antes a diferenciação de práticas e espaços – e sobretudo aquela gente suspeita das ruas, em vias de ser incorporada à “sociedade civil”, já não parecia tão passiva diante das regras e costumes que permitiam aos velhos carnavais aquela aparência de uma tranqüila festa de todos, com cada qual no seu devido lugar. O fato é que as regras do domínio senhorial se rompiam no Rio de Janeiro do período. Cidade trespassada de tensões e conflitos, em que as normas se dissolviam e as hierarquias, que antes pareciam sólidas, tendiam a desmanchar-se no ar. Perdidas as referências, elites temerosas ansiavam por novas regras – para o país, como para o carnaval. Em face da velha heterogeneidade do entrudo, postulava-se a homogeneidade de um carnaval cuja reinvenção recorria, em busca de sua própria legitimidade, às fontes mais sagradas da tradição européia, efetuando a remissão a saturnais romanas ou aos carnavais de Nice e Veneza, que não admitiam convivência com o passado “bárbaro” e colonial. Da mesma forma, face à sociedade rígida e hierarquizada dos velhos tempos que parecia prestes a explodir como um limão de cera, sonhava-se com uma nação moderna, um povo homogêneo e integrado que, sob as bênçãos de Momo, fosse capaz de desfilar sob um mesmo enredo – ou de apenas assistir deslumbrado e passivo às evoluções da ala dos cartolas.

Mas, apesar de tudo, já entrando pelo século XX, quando as trombetas do zé-peireira da vitória pareciam soar triunfantes, um cronista ainda insistia em constatar – expressando um desagrado permanente entre as elites francófilas da belle époque carioca²⁷ – que “o carnaval é mais renitente à civilização do que os pretos da África”...²⁸ Observação que João do Rio, sempre arguto, rebate em um outro registro bem mais sutil: “A gargalhada da rua faz-se de uma porção de risos (...) – a musa é policroma, reflete a população confusa e babélica tal qual ela é”.²⁹

27 Cf. Needell, Jeffrey. *A belle époque carioca*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

28 Câmara, João. *Gazeta de Notícias*, fevereiro de 1903.

29 Rio, João do. *A alma encantadora das ruas* (1908). Rio de Janeiro, O. Simões, 1951.